



DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:
caminho possível para o combate às desigualdades sociais no Brasil do século XXI

Ernâni Getirana de Lima*

RESUMO

O artigo aponta o desenvolvimento sustentável como meta a ser perseguida tanto pelo governo quanto pela sociedade como uma condição fundamental para o combate às desigualdades sociais no Brasil frente aos desafios do desenvolvimento no século XXI em função da falibilidade evidente do atual modelo de desenvolvimento predatório.

Palavras-Chave: desenvolvimento predatório, desenvolvimento sustentável, desigualdade social.

ABSTRACT

This paper shows the sustainable development as a goal to be pursued both of Brazilian government and society as a necessary condition to face the social inequality in Brazil before the developmental challenges in the XXI th century in consequence of the failure of the present model of predatory development.

Keywords: sustainable development, predatory development, social inequality.

1 INTRODUÇÃO

As novas concepções da física têm gerado uma profunda mudança em nossas visões de mundo; da visão de mundo mecanicista de Descartes e de Newton para uma visão holística, ecológica. (Fritjof Capra, A teia da vida)

As alterações ambientais, notadamente as climáticas, por que vem passando o planeta Terra nas últimas décadas parecem convergir no sentido de que sua causa é antrópica¹. Atualmente quase a totalidade da comunidade científica internacional aparentemente é partidária dessa tese (Capra, 2002; Morin, 2006). Expressões tais como emissão de poluentes, aquecimento global e meio ambiente, dentre inúmeras outras, fazem parte (ao menos lingüisticamente) do cotidiano de milhões de pessoas ao redor do mundo. O problema ambiental, no entanto, vai muito além da mera constatação de mudanças ambientais pelos cientistas ou da massificação de um vocabulário ambiental politicamente

* Mestrando em Políticas Públicas

¹ Termo "relativo à ação do homem (...) às modificações provocadas pelo homem no meio ambiente" segundo Dicionário Houaiss, (2001).

correto. A ação antrópica não é fruto do acaso e muito menos ocorre de maneira isolada².

Ao contrário. Em última instância, ela é oriunda de um modelo de desenvolvimento

que na prática, tem se mostrado predatório, penoso e socialmente injusto. [Nesse modelo] o progresso [é] entendido apenas como avanço técnico, material e crescimento econômico [e] está sendo obtido dentro de um padrão de produção, de consumo, de acumulação e de vida insustentável (H. Leff *apud* ANDRADE, 2001, p.22)

O presente artigo, a partir da constatação de que o atual modelo de desenvolvimento predatório mostra-se incapaz de dar respostas à altura das necessidades antrópicas em particular e bióticas³ em geral, argumenta que um modelo baseado na sustentabilidade *latu sensu*⁴ deve ser pensado. Nesse sentido, o Brasil desponta no cenário mundial como *locus* potencialmente promissor⁵ para esse segundo modelo (desenvolvimento sustentável⁶). Ficar apenas na promessa ou concretizá-la com o objetivo maior de combater as desigualdades sociais do país dependerá da disposição para o diálogo entre governo e sociedade brasileiros. Embora o lembrete de Silvio Caccia Bava sobre o *modus operandi* do governo não seja dos mais otimistas, pois segundo ele “O Estado brasileiro opera com as políticas públicas sem controle social do seu orçamento. De fato há uma apropriação privada dos recursos públicos, desperdício, corrupção” (BAVA, 1999, p.133), nada melhor do que o estado democrático de direito por que passa o país para mudar no/para melhor o rumo das coisas.

2 O PREÇO DO DESENVOLVIMENTO A TODO CUSTO

O desenvolvimento tem sua gênese no Iluminismo (século XVIII), como escreve Ignacy Sachs em resenha ao livro de José Eli Veiga⁷

na segunda metade do século passado, impulsionado pelos processos de descolonização e de emancipação do Terceiro Mundo e pela emergência do sistema das Nações Unidas, o desenvolvimento, um avatar do progresso iluminista, firmou-se como uma das *idées-force* das ciências sociais, configurando uma problemática

²Como pensa Capra, “São problemas sistêmicos, o que significa que estão interligados e são interdependentes”. Cf em < http://hps.infolink.com.br/peco/nage_02.htm>, acessado em 20 Mar. 2007.

³Diz-se das necessidades pertinentes a todos os seres vivos que habitam o planeta Terra.

⁴ Entendemos por sustentabilidade *latu sensu* um modelo de sustentabilidade não apenas ambiental, mas sociocultural e econômico também.

⁵ O país, de proporções continentais, dispõe uma rica biodiversidade e condições atmosféricas (vento, luz solar) e hídricas consideráveis.

⁶ Forma socialmente justa e economicamente viável de exploração do ambiente que garanta a perenidade dos recursos naturais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a diversidade biológica e os demais atributos ecológicos em benefício das gerações futuras e atendendo às necessidades do presente. Texto-Base da Conferência Nacional do Meio Ambiente, 2003, p.30.

⁷ Cf. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

ampla de caráter pluri e transdisciplinar, atravessada por polêmicas vivas de caráter ideológico e teórico (2005, p.214).

Assim, perseguido a todo custo, o desenvolvimento tornou-se um fim em si mesmo governado pela ciência que se tornou uma força de produção (ANDRADE, 2001). A filosofia e a ciência, desde a Idade Média até a Idade Contemporânea, têm criado paradigmas que influenciaram e ainda influenciam o modo como nos relacionamos com a natureza. Assim, o chamado paradigma cartesiano, enquanto filosofia mecanicista que via o mundo como uma máquina, intervinha na natureza com o objetivo de conhecê-la para dela fazer uso, através do controle e da dominação (JAPIASSU apud ANDRADE, 2001, p.75) Para compreender como a máquina do mundo funciona, esse paradigma procura desmontá-la e estudar suas partes separadamente.

O paradigma empirista abriu caminho para que a ciência funcionasse “como um instrumento de dominação da natureza” (ANDRADE, 2001, p.80) e ao mesmo tempo, por atribuir um enorme valor à experiência empírica estimulou a competição e o individualismo (cada cientista sonhava apenas com a própria fama).

Já o paradigma kantiano permitiu uma revisão crítica dos modelos científicos dominantes e, assim, segundo Andrade (2001), foi possível estabelecer uma relação entre eles e a crise ambiental atual, o que resulta na possibilidade de novos paradigmas. Finalmente o paradigma positivista, ao estabelecer que o único critério de verdade válido é o proveniente da ciência, legitimou a série infundável de degradação ambiental obrada pelo capitalismo.

3 O MOVIMENTO AMBIENTALISTA

Em que impere um ou outro paradigma citado anteriormente, sempre houve pessoas e grupos⁸ (mesmo no ocidente) que procuraram manter uma relação mais saudável para com o ambiente. O que significa dizer que a preocupação com as questões ambientais não é recente. Na Grécia clássica, a relação do homem com a natureza já se constituía em motivo de interesse para os filósofos. No entanto tal relação só passou a ser estudada de forma mais criteriosa, a partir dos trabalhos de Thomas Huxley que em 1863 escreveu o ensaio *Evidências sobre o Lugar do Homem na Natureza*. Já os resultados da ação humana sobre a natureza foram tratados por George P. Marsh no livro *O Homem e a Natureza*, em 1864.

⁸ Grupos de naturistas, hippies, místicos, dentre outros.
III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Em 1949, foi em seus artigos publicados no periódico *A Sand Country Almanac*, Aldo Leopoldo já “chamava a atenção para a necessidade de uma ética de uso dos recursos da terra” (DIAS, 1994, p.20). De acordo ainda com este autor, embora o homem tenha modificado sempre o ambiente natural aonde vive, notadamente depois da Revolução Industrial, foi somente nas décadas de 1950/60 que sua capacidade de alterar o ambiente natural começou a ocorrer de forma marcante, sobretudo nos países desenvolvidos. O Prêmio Nobel da Paz concedido em 1954 a Albert Schweitzer pelo seu trabalho de popularização da ética ambiental foi o reconhecimento pela comunidade científica da importância que o tema continha. O livro *Primavera Silenciosa* (1962) da jornalista Rachel Carson teve o mérito de haver provocado as primeiras “discussões e inquietações mundiais a respeito da necessidade de providências para a reversão do quadro ali descrito [perda da qualidade de vida devido ao uso indiscriminado e excessivo de produtos químicos sobre os recursos ambientais]” (DIAS, 1994, p. 20-1). As inúmeras conferências sobre meio ambiente⁹ juntamente com a ação de entidades como o Clube de Roma (criado em 1968) e a mobilização de organizações ecológicas ao redor do planeta definitivamente colocaram a questão ambiental e, logicamente, o modelo de desenvolvimento sustentável na agenda política mundial. No Brasil, a preocupação com a sustentabilidade ambiental tem no ano de 1752 um marco quando Corte Real, ministro dos negócios ultramarinhos de Portugal implanta o Plano de Colonização para o Desenvolvimento da Amazônia. A Expedição Científica Brasileira, organizada por D. Pedro I, em 1859, encarregada de mapear nossa fauna e flora, os discursos proferidos por José Bonifácio de Andrada contra o desmatamento, o trabalho de Rondon, no início do século XX, são algumas das referências mais distantes que demonstram alguma preocupação com o ambiente. Mas foi só a partir de década de 1970 que o movimento ambientalista brasileiro passou a ter maior visibilidade com a criação de inúmeras Organizações Não Governamentais¹⁰, que têm um papel preponderante nas “transformações importantes nas formas de atuação da sociedade civil (...)” (DAGNINO, 2002, p. 11), ao mesmo tempo em que Organizações Governamentais como a Secretaria Especial do Meio ambiente – SEMA- passavam a existir¹¹.

4 O MODELO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO

⁹ Estocolmo (1972), Belgrado (1975), Tbiliz (1977), Moscou (1987), Rio (1992). Kioto (2001), Rio + 10 (2002) .

¹⁰ A WWF (World Wide Foundation), por exemplo, dentre outras.

¹¹ Aqui vemos certa convergência tanto da sociedade civil quanto do governo brasileiros no sentido da possibilidade real de um diálogo ‘ambientalmente produtor’.

O atual modelo de desenvolvimento¹² brasileiro não difere em muito do modelo de desenvolvimento adotado pelos demais países do mundo. Ele está ainda ancorado no paradigma do desenvolvimento predatório. Esse modelo foi posto em xeque pela primeira vez em 1973, por conta da primeira crise do petróleo. Segundo Genebaldo Freire Dias, a partir desta data teve lugar o ordenamento do território “visando remover os obstáculos materiais, políticos e ideológicos à expansão capitalista moderna” (1994, p.25). No entanto o modelo de desenvolvimento brasileiro tornou-se bastante oneroso, pois o governo contraiu empréstimos ao capital internacional para financiá-lo (produção de petróleo, álcool carburente, geração de energia hidrelétrica e nuclear e forte expansão da extração mineral), o que elevou nossa dívida externa a patamares estratosféricos. De US\$ 6,2 bilhões em dezembro de 1973 para US\$ 31,6 bilhões em dezembro de 1978, segundo Dias (1994).

O engendramento do modelo de desenvolvimento predatório brasileiro, todavia, só foi possível devido à formação de um tripé formado por empresas estatais, pelo setor privado nacional e por empresas transnacionais cuja meta principal era a integração do parque produtivo nacional (DIAS, 1994, p.25-6) através de importações de insumos básicos. Assim, já na década de 1970, os resultados socioambientais danosos oriundos desse modelo de desenvolvimento davam mostras evidentes de sua fragilidade e ameaça.

5 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL

Parece consensual a relação entre desigualdade social e degradação ambiental¹³. Segundo o texto-base da Conferência Nacional do Meio Ambiente/MMA¹⁴ (2003), as desigualdades que marcam os 5.561 municípios brasileiros são enormes e oriundas “de um modelo de desenvolvimento que gerou ao longo do tempo, grandes distâncias socioambientais entre estados e regiões” (MMA, 2003, p.23). A riqueza e a oportunidade de desenvolvimento humanos, segundo o mesmo documento, restringem-se aos municípios com mais de 20 mil habitantes, o que significa que o desenvolvimento urbano brasileiro não é homogêneo. Uma fatia considerável dos investimentos realizados no país é sempre alocada para a região Centro-Sul. Essa estratégia de política econômica sacrificou “parcelas consideráveis do patrimônio nacional em biodiversidade e gêneros de vida” (BRASIL, 1991, p. 31). O mais cruel é que no interior de cada município a separação

¹² O processo de degradação ambiental brasileiro remonta ao Ciclo do Pau Brasil (séc. XVI) e se estende a todos os demais ciclos econômicos sucessivos. Esse processo de degradação ambiental tem como uma de suas principais características a monocultura e a escravidão.

¹³ Assim, o que de fato ocorrem, são desigualdades socioambientais.

¹⁴ Ministério do Meio Ambiente. Conferência Nacional do Meio Ambiente, realizada em Brasília, entre os dias 28 a 30/11/2003.

entre campo e cidade vigora de forma acentuada, o que, obviamente, pode gerar sério desvio na orientação de políticas dirigidas para setores que lidam com a sustentabilidade, isto é, os que tomam por base o modelo de desenvolvimento sustentável como o da agroecologia, por exemplo.

Por outro lado, o problema do Brasil, no que diz respeito ao emprego de tecnologia de redução de poluição é que, enquanto o paradigma tecnológico (nos países ricos) da economia mundial aponta para “uma demanda elevada de informações e conhecimento com diminuição relativa do ‘consumo’ de recursos ambientais e de ‘produção’ de efluentes poluidores” (BRASIL, 1991, p. 45), o Brasil, país em desenvolvimento, parece ficar sempre aquém nessa corrida rumo ao ambientalmente aceitável. Todavia não podemos restringir os problemas do país meramente à defasagem de um modelo de desenvolvimento que depreda a natureza provocando toda sorte de mazelas socioambientais. A concentração fundiária, que aumentou ainda mais com o surto modernizador da agricultura, “as desigualdades e a ausência de mobilidade social do setor” (BRASIL, 1991, p. 31) são, sem dúvida, outros fatores que fazem parte dos problemas ambientais brasileiros e os aprofunda.

6 CONCLUSÃO

Parece haver um consenso por parte da comunidade científica sobre o fato de que a biosfera terrestre apresenta sinais visíveis de degeneração. Tais sinais teriam como origem ações antrópicas oriundas de um modelo de desenvolvimento altamente predatório, baseado na lucratividade excessiva, isto é, no modelo capitalista de produção. Porém, o século XXI parece apontar para a possibilidade de implementação de um novo paradigma de desenvolvimento ambientalmente mais equilibrado e socialmente mais justo: o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, o Brasil desponta como um país promissor na adoção desse novo modelo de desenvolvimento, dada inúmeras condições naturais de que é possuidor. Governo¹⁵ e sociedade brasileiros têm como desafio aplainar as desigualdades sociais, promovendo a diversificação da matriz produtiva para que emprego e renda sejam compatíveis a modelos ambientalmente viáveis de exploração da natureza.

REFERÊNCIAS

¹⁵ Através da Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável cujo Art. 12, do seu Estatuto, reza que lhe “(...) compete propor políticas, normas e estratégias, e implementar estudos, visando à melhoria da relação entre setor produtivo e meio ambiente (...)”.

ANDRADE, Sueli Amália. **Considerações gerais sobre a problemática ambiental.** In: Educação Ambiental: curso básico a distância. Ministério do Meio Ambiente, 2. ed. Brasília, 2001 pp.17-102.

BAVA, Sívio Caccia. **O financiamento das políticas sociais.** In: Gestão social: uma questão em debate. RICO, Elizabeth de Melo e DEGENSZAJN, Raichelis (orgs.). São Paulo: EDUC, IEE, 1999.

SACHS, Ignacy. Prefácio do Livro Desenvolvimento sustentável: desafio do século XXI. In: Revista Ambiente & Sociedade. Vol VII. N. 2. jul/dez de 2004.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas.** IDESA. São Paulo: IDESA, 2003. [online] http://www.ecoar.org.br/novo/download/palestra_capra.pdf, acesso em 20 março de 2007.

_____. **A Teia da Vida - Uma Nova Compreensão Científica dos Sistemas Vivos, recém-lançado no Brasil pela Editora Cultrix.** (Trad.) Newton Roberval Eichemberg. Revista Nova Era n.5 - Um Guia para a Era de Aquário é uma publicação da PLANETA. [ONLINE] http://hps.infolink.com.br/peco/nage_02.htm acesso em 20 março de 2007.

Comissão Interministerial para a Preparação da Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Brasília: 1991

Conferência Nacional do Meio Ambiente-texto-Base. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, 28/30 de novembro de 2003.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil.** In: Idem (org.). São Paulo: Paz e Terra, 2002, pp. 9-15.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e práticas.** 4. ed. São Paulo: Gaia, 1994.

Dicionário Houaiss. Instituto Antônio Houaiss. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MORIN, Edgar. **L'eaventure de la science fait partie da l'aventure de l'humanite, aventure inconnue.** Editorial Inter Lettre Chemin Faisant MCX –APC n. 32 mars-avril, 2006. disponível em: <<http://edgarmorin.secsp.org.br/arquivo/default.asp>> acessado em 20 Mar. 2007.